

O ESTADO DE S. PAULO Espera nos juizados especiais passa de 1 ano

Ideal é que a primeira audiência seja marcada em 3 meses; varas foram criadas para receber pequenas causas e desafogar fóruns

Valéria França

Criados para receber pequenas causas e desafogar os fóruns, os juizados especiais estão abarrotados de processos. Só nas varas paulistas tramitam hoje cerca de 2 milhões de ações – mais do que o dobro do contabilizado há dez anos. São casos que, em sua maioria, envolvem o consumidor, como pagamento de títulos e indenizações de despejo. Com isso, há varas com agenda para marcar a primeira audiência só em dezembro de 2013. O prazo deveria ser de três meses.

A Justiça de São Paulo não tem um levantamento do tempo médio que as causas levam quando entram em um juizado. Sabe-se que a estrutura e mesmo o volume de ações mudam de acordo com a região onde ficam.

Dos 18 juizados especiais da capital paulista, o Central, localizado na Rua Vergueiro, é considerado modelo. Desde 2008, os processos lá são digitalizados. “Isso agiliza muito o trabalho do cartório, mas não é a resposta para todos os problemas. Falta funcionário e espaço físico. No elevador, só sobem quatro pessoas por vez e há sempre filas”, diz Mônica Soares Machado Alves Ferreira, juíza diretora do Juizado Especial Central.

Na 1.^a Vara desse prédio, tramitaram no mês passado 1.280 processos – atualmente, 28 mil estão em andamento. E a equipe do cartório é de 15 funcionários.

● **Ações na Justiça paulista**
2 milhões
de ações estão nos juizados especiais; em 2002, eram 900 mil

22 milhões
de ações estão correndo na Justiça comum

30 mil
funcionários há na Justiça de SP, total que não muda desde 2002

COMO FUNCIONA

Juizado Especial Cível

● Aceita causas cíveis de menor complexidade, cujo valor não exceda 40 salários mínimos (R\$ 24.880). Em geral, são problemas que envolvem o consumidor, como pagamento de títulos, despejos e indenizações.

● Ações de até 20 salários (R\$ 12.440) não precisam ser representadas por advogados.

Juizado Especial Criminal

● Trata de contravenções com pena menor a dois anos, como furto, perturbação do sossego público e vadiagem.

● Os juizados foram criados para agilizar causas simples. O tempo proposto para julgar uma ação era, inicialmente, de seis meses.

“As causas são simples. Acabei de sair de uma audiência que discutia um contrato entre duas mulheres, mas se exige tempo. Elas vieram sem advogado e eu precisava entender o que se passava”, diz Mônica.

“Se o processo vem redondo e não há problemas no meio do caminho, como localizar o endereço de uma das partes, o tempo médio para dar a sentença final é de oito meses.”

Marceneiro. A dentista Teresa Ratto demorou mais de um ano para resolver, apenas em parte,

uma ação que apresentou ao Juizado Especial Central em 11 de maio do ano passado. A questão era simples. Teresa havia contratado um marceneiro para reformar um armário e fazer algumas alterações na casa.

Em dezembro de 2010, o marceneiro levou três cheques e as portas do armário. Nunca mais apareceu, apesar dos inúmeros telefonemas da dentista. Teresa entrou, então, com a ação.

Três meses depois foi à audiência conciliatória. E foi aí que começaram os problemas. “Eles me comunicaram que não haviam encontrado o marceneiro no endereço que eu havia informado, em Aricanduva, na zona leste.”

A dentista foi pessoalmente ao local e encontrou o marceneiro. Conseguiu reaver as portas, mas não os cheques. Voltou ao juizado e, um ano e três meses depois, seu caso foi parcialmente resolvido. “Ele disse que não achou os cheques e se comprometeu a indenizar, caso fossem depositados. Foi muito trabalho para pouco resultado”, diz.

Sem advogado. Como o juizado não exige a representação de advogados em causas menores do que 20 salários mínimos (R\$ 12.440), quem entra com a ação tem de se virar. “Eles não dão informação por telefone. É ruim ter de vir pessoalmente aqui”, diz o publicitário Roberto Mello, de 35 anos, que está na oitava representação no Juizado Especial Cível. A última está correndo no Juizado de Perdizes, na zona oeste.

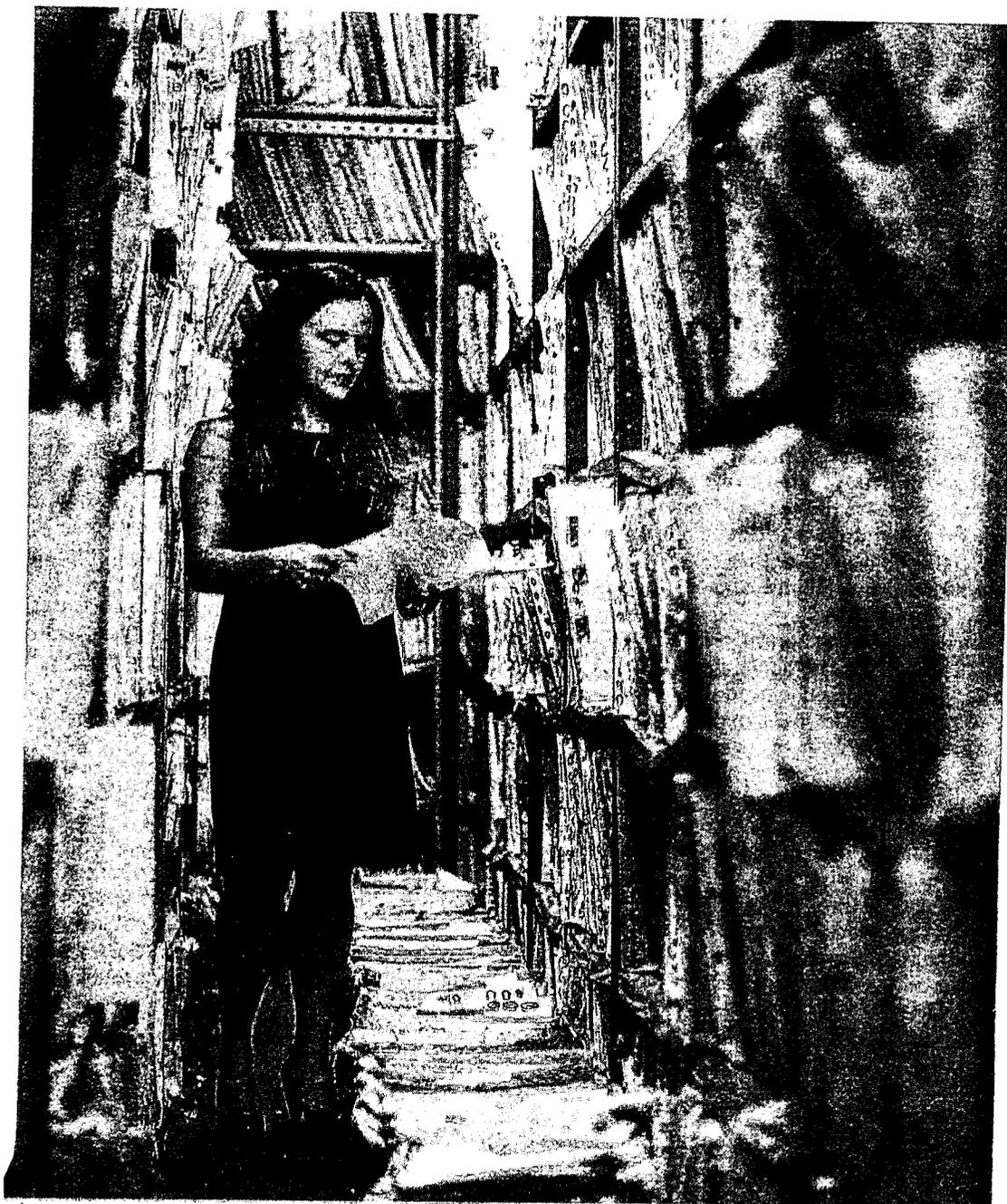
O motivo: em setembro de 2011, um motorista alcoolizado bateu na traseira de seu carro, informou o telefone errado e sumiu. Mello o localizou. A sentença saiu. Receberia R\$ 1 mil pelos danos, mas recorreu: quer R\$ 10 mil. / COLABOROU NATALY COSTA



CONTINUA

12 SET 2012

12 SET 2012
O ESTADO DE S. PAULO
CONTINUAÇÃO



Limitações. A juíza Mônica Ferreira, diretora do Juizado Central, reclama da falta de espaço

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

12 SET 2012

ENTREVISTA

Vanderci Alvares, coordenador do Núcleo Permanente do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania

'Há muita burocracia'

● **Por que os juizados chegaram a esse ponto de saturação?**

O usuário começou a recorrer aos juizados e não tivemos um aperfeiçoamento para atender a toda essa demanda. Ele foi vítima do próprio sucesso. E tivemos 40 milhões de novos consumidores nos últimos cinco anos, o que fez aumentar ainda mais as ações.

● **Mas a estrutura não acompanhou esse crescimento?**

Há dez anos, eram 9 milhões de ações tramitando na Justiça do Estado de São Paulo. Tínhamos 13 mil funcionários. Hoje, são 20 milhões para o mesmo quadro de pessoas. Desse total de ações, cerca de 10% estão nas varas dos juizados especiais. Isso sem contar os juizados especiais federais.

● **Por que não criar mais varas?**

Não há verba para isso. E acho que há uma outra questão. Os juizados especiais só chegaram a essa fase porque alguns juízes deram um tratamento muito formal a causas simples. No juizado tudo é reduzido a papel. Tudo é muito burocrático. Existe a necessidade de os magistrados tomarem outra postura. O futuro é resolver tudo no pré-processual.

● **Então tudo deveria ser resolvido na audiência conciliatória?**

O brasileiro tem um mentalidade litigiosa. O objetivo é evitar que tudo vire ação. Um processo custa para a Justiça R\$ 1,7 mil, em média. Muitos casos que vão parar nos juizados especiais poderiam ser resolvidos no acordo. / V.F.

Justiça aposta em centro de conciliação para aliviar varas

● Há um ano foi criado o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus), com o objetivo de desafogar os juizados especiais e a Justiça comum. As informações são colhidas de forma simples. E quem negocia com as partes não é exatamente um juiz, mas um mediador com formação em conciliação.

"Quando o autor dá entrada no pedido, a reunião é marcada para 30 dias", diz Ricardo Pereira, de 44 anos, juiz coordenador do Cejus central. "O objetivo é incentivar as partes a chegar a um acordo. Elas são convidadas a propor uma solução para resolver o litígio. Isso equivale a uma sentença de fato."

O Estado de São Paulo já tem 40 Cejusps. Apenas dois funcionam na capital – nos Fóruns da Barra Funda e de São Miguel Paulista. No início do ano devem ser abertos mais dois. / V.F.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Média para resolver ação na esfera federal é de 631 dias

Nos juizados especiais federais o problema não é menor. O mau funcionamento da estrutura levou o Centro de Estudos Judiciários (CEJ) do Conselho da Justiça Federal (CJF) a encomendar um raio X das 231 varas distribuídas pelo Brasil ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O levantamento demorou cerca de um ano.

O cruzamento dos dados apontou que o tempo médio de tramitação dos processos é de 1 ano, 8 meses e 22 dias, contados desde o protocolo inicial até o arquivamento. Um total de 631 dias.

Diferentemente dos demais juizados, os federais recebem questões previdenciárias ou que envolvam empresas públicas. O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) aparece como réu em 73% dos processos, e a Caixa Econômica Federal, em 15,3% das ações.

Os pesquisadores visitaram todas as varas e verificaram que nem todas têm a mesma estrutura. Em 31,5% dos juizados não é possível, ainda, fazer a petição inicial eletronicamente. Além disso, há uma diversidade grande de sistemas informatizados, que não estão integrados.

As melhores varas estão no Sul do Brasil, e as piores, no Nordeste. Nesta parte do País, há varas em que o público é atendido em galpões improvisados e até em cozinhas.

Outro dado que chama a atenção é a falta de informação do usuário sobre o funcionamento do sistema. Os juizados especiais federais foram criados para que a vítima não precisasse de um advogado para entrar com uma ação. No entanto, apenas 12,2% dos autores dos processos não são representados por um advogado.

12 SET 2012

Seminário. Os dados do estudo serão apresentados amanhã no Seminário sobre os 10 anos dos Juizados Especiais Federais, na sede da Seção Judiciária do Paraná, em Curitiba. “Encomendamos a pesquisa para formular as melhores soluções”, diz João Otávio de Noronha, juiz corregedor-geral da Justiça Federal.

“Teremos de designar mais juízes para as varas. Em muitas, eles acumulam funções. Também vamos tomar providências em relação ao INSS. Os juizados não podem ser um balcão de reclamações do órgão.”

12 SET 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Troca de comando no CNJ

Considerado mais moderado que sua antecessora, a ministra Eliana Calmon, o novo corregedor-chefe do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Francisco Falcão, assumiu o cargo reconhecendo, em seu discurso de posse, que há “uma meia dúzia de vagabundos” nos quadros da magistratura e prometendo eliminar as “maças podres” dos 91 tribunais brasileiros.

Apesar de a retórica ser a mesma de Eliana Calmon, que colidiu frontalmente contra os desembargadores estaduais e contra a Associação dos Magistrados Brasileiros quando falou sobre a existência de “bandidos de toga”, Francisco Falcão deixou claro que seu estilo é diferente. Em matéria de investigação administrativa nos casos de denúncia de corrupção contra magistrados, por exemplo, ele afirmou que prestigiará as corregedorias judiciais, que por diversas vezes foram classificadas como “ineptas” e “corporativistas” por sua antecessora.

Na sabatina a que foi submetido no Senado, Falcão já afirmou que não seria nem “calmoniano” nem “pelusiano”, referindo-se ao confronto travado durante os dois últimos anos entre Eliana Calmon e o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do CNJ, Cezar Peluso – ela defendendo as prerrogativas do órgão para avocar investigações e processos administrativos contra juízes acusados de desvio de conduta e ele

defendendo as competências das corregedorias locais.

No mesmo período, o CNJ diminuiu o número de assessores e cortou diárias de viagens da Corregedoria Nacional de Justiça. O confronto entre Calmon e Peluso chegou ao auge no final de 2011, quando três associações de magistrados vinculadas ao presidente do STF pediram a abertura de representação criminal contra a corregedora no Ministério Público Federal, acusando-a de ter quebrado ilegalmente o sigilo fiscal e bancário de 200 mil magistrados e servidores judiciais. Meses antes, as mesmas associações já haviam questionado no Supremo a autonomia do CNJ para investigar juízes, desembargadores e ministros. O último ato de Calmon, antes de passar o cargo para Falcão, foi assinar um termo de cooperação com a Polícia Federal, para troca de informações – uma iniciativa que tinha a oposição velada de vários setores da magistratura.

Em seu discurso de posse, o novo corregedor do CNJ afirmou que assumirá uma “posição intermediária”. Ele prometeu agir com “mão de ferro” contra magistrados corruptos, mas também deixou claro que não irá quebrar sigilo bancário e fiscal de juízes, desembargadores e ministros sem autorização judicial, referindo-se às investigações patrimoniais iniciadas na gestão do ministro Gilson Dipp e aprofundadas por Eliana Calmon. “Nos Estados Unidos, nenhuma autoridade tem sigilo. Eu defendo essa tese. Lamenta-

velmente, no Brasil, a Constituição garante o sigilo. E nós temos de ser obedientes à Constituição”, disse o novo corregedor nacional de Justiça.

Graças aos embates com os Tribunais de Justiça e entidades de juízes travados por Calmon, a Corregedoria Nacional de Justiça assumiu uma visibilidade e uma popularidade inéditas, no âmbito do Poder do Judiciário. “Há muita gente despreparada para enfrentar um modelo novo de trabalho. Há quem ache que o Judiciário é extensão de sua casa. Quando afastamos os dinossauros, a situação melhora”, disse a ex-corregedora em entrevista ao jornal *Valor*, quando também criticou o STF por ter amplos poderes e poucos limites. “Quem fiscaliza o STF é o Senado. Mas os senadores são julgados pelo Supremo”, afirmou.

Prudente e político, Falcão prometeu trabalhar em harmonia com o Supremo, para possibilitar o “resgate da boa imagem do Judiciário”, e também classificou a gestão de Calmon como “vitoriosa”, por ter consolidado a Corregedoria e reafirmado institucionalmente as funções do CNJ. “A batalha está ganha. O papel do CNJ é irreversível. Quem estiver pensando que o rigor do órgão vai ser modificado com a saída de Eliana está completamente enganado. Temos estilos diferentes, mas, no fundo, o rigor será o mesmo”, afirmou. Se cumprir todas essas promessas, ao término de seu mandato, em 2014, ele deixará o cargo tão consagrado quanto sua antecessora.

12 SET 2012

O ESTADO DE S. PAULO

O novo ministro do Supremo

Com a indicação de Teori Albino Zavascki para a vaga de Cezar Peluso, que se aposentou no Supremo Tribunal Federal, a presidente Dilma Rousseff surpreendeu tanto pela rapidez da escolha quanto pelo perfil do nome escolhido. No ano passado, Dilma agiu de maneira diferente para preencher a vaga aberta pela aposentadoria da ministra Ellen Gracie. Demorou cerca de quatro meses para anunciar sua escolha, durante os quais os juristas que estavam cotados para o cargo ficaram sujeitos a constrangimentos de toda ordem.

Advogado do Banco Central entre 1976 e 1989, ex-desembargador do Tribunal Regional Federal da 4.^a Região e professor de direito processual civil na Universidade de Brasília, Zavascki não estava na lista de candidatos apoiados por partidos políticos, associações de classe, entidades empresariais e corporações de juizes e promotores que vinham sendo entrevistados pelo ministro da Justiça, José Eduardo Martins Cardozo, e pelo secretário executivo da Casa Civil, Beto Vasconcelos. Assim como os dois ministros que Dilma indicou em 2011, Luiz Fux e Rosa Maria Weber, Zavascki também tem sólida reputação jurídica e é oriundo de um tribunal superior. Pertence aos quadros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) desde 2003, tendo sido o primeiro indicado para essa Corte por Luiz Inácio Lula da Silva.

A rapidez da decisão de Dilma está associada ao julgamento do mensalão pelo Supremo. Como já observou o decano da Corte, Celso de Mello, o substituto de Peluso terá o direito de votar nesse processo. “Tomando posse e não se achando concluído o julgamento, o novo ministro poderá decidir as questões não julgadas por Peluso”, disse Mello. Por isso, os advogados dos réus do processo do mensalão, dirigentes petistas e até o ex-presidente Lula vinham pressionando Dilma a indicar um nome de confiança que, após assumir o cargo, pedisse vista do processo, para se inteirar das acusações contra os réus do mensalão.

Com isso, o julgamento seria automaticamente suspenso, permitindo ao PT preservar sua imagem durante a campanha eleitoral para o pleito de outubro. O nome preferido dos petistas era o do advogado-geral da União, Luis Inácio Adams, que recentemente elaborou um projeto de lei complementar que prevê a nomeação, como advogados federais, de pessoas de fora da carreira e sem concurso.

Mas Dilma colocou o interesse público à frente dos interesses partidários, preservando-se politicamente de qualquer envolvimento com o caso do mensalão e poupando a maior Corte do País do constrangimento de contar com mais um ministro escolhido menos por seu preparo jurídico ou por sua experiência profissional e mais por sua identificação com determinados grupos políticos. Com a rapidez com que agiu, Dilma tam-

bém evitou que as pressões políticas, partidárias e corporativas crescessem, levando-a ao risco de perder o controle do processo sucessório no Supremo. Não foi por acaso que alguns ministros elogiaram, informalmente, a habilidade de Dilma na escolha do substituto de Peluso e classificaram Zavascki como “alguém que já chega pronto”.

Nos meios forenses, o novo ministro é bastante conhecido. Apoiado pelo ministro da Defesa, Nelson Jobim, e pela ministra Ellen Gracie, ele já havia sido cotado para o STF em 2009, tendo perdido a indicação para o ministro Dias Toffoli. Também teve seu nome lembrado nos processos de seleção que culminaram nas escolhas de Fux e Weber.

Nos anos que passou no STJ, Zavascki atuou em processos com grande repercussão política, como os que envolveram o ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci e o ex-governador do Distrito Federal José Roberto Arruda. Sua reputação, porém, veio dos processos sobre matéria tributária, nos quais quase sempre votou em favor do Fisco. Depois do julgamento do mensalão, o próximo processo rumoroso que o STF julgará é o da correção da poupança nos planos econômicos – só as ações do Plano Bresser podem levar bancos públicos e privados a ter de pagar R\$ 105 bilhões em ressarcimento a poupadores. É nesse caso, e não no mensalão, que ele quase certamente não julgará, que a atuação de Zavascki poderá ser decisiva.

Causas privadas na coisa pública

JOSÉ
NEUMANNE

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) aproveitou a leitura do voto com o qual jogou a última pá de cal em qualquer pretensão de tratar como farsa o escândalo da denúncia da compra de votos de apoio da base do governo com dinheiro do contribuinte para não deixar passar ao largo a revelação de um pernicioso hábito desta “novelha” República. Ele relatou a colegas e ao público cativo do histórico julgamento o que chamou de “atentado veemente, desabrido e declarado à Constituição”. Trata-se da lei autorizando a incorporação de “bônus de volume” por agências de publicidade, cujo projeto foi apresentado originalmente em 2008 pelo então deputado petista José Eduardo Martins Cardozo (SP), atual ministro da Justiça (!). Em defesa do autor, diga-se que seu texto só contemplava contratos posteriores à data de sua vigência. Mas mudanças feitas na Comissão de Trabalho permitiram uma excrescência jurídica inominável: a vigência retroativa da norma. O relator na comissão foi o deputado Milton Monti (SP), do Partido da República (PR), cujo presidente, Valdemar Costa Neto (SP), é réu no mensalão, idêntica condição de Paulo Rocha (PT-PA), que pediu uma semana para analisar o texto. O petista Cláudio Vignatti (SC) sugeriu estender a regra a contratos em execução e o relator incluiu até os que já estão encerrados. “Desconcertante”, definiu Ayres Britto.

O episódio grotesco, contudo, não terminaria assim. O mostrengo virou lei, usada como pretexto pela ministra do Tribunal de Contas da União (TCU) Ana Arraes para considerar lícita a devolução à agência de Marcos Valério, o “operador” do mensalão, de bonificação de volume de anúncios do Banco do Brasil. Filha do ídolo de esquerda Miguel Arraes e mãe do presidente nacional do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Eduardo Campos, aliados históricos do PT, a ex-deputada não levou em conta o contrato entre o anunciante e a agência, que proibia a bonificação, e foi desautorizada por seu par Aroldo Cedraz, que suspendeu a decisão equivocada dela.

Mesmo tendo Cedraz poupado Ana Arraes do vexame da completa desmoralização com a condenação do STF e o voto arrasador do presidente da Corte, e tendo o ministro Cardozo tentado se justificar diante do público, o episódio escuso serve para ilustrar a desfaçatez com que se submete a coisa pública a causas privadas neste país. O autor do projeto original defendeu sua iniciativa como sendo o atendimento a um apelo do mercado publicitário. Estranho: a bonificação de volume sempre foi prática comum entre anunciantes, agências e veículos e somente a fúria de interferir em negócios privados explica tal iniciativa. Nada, contudo, justifica as mudanças operadas depois em seu texto.

Para Dilma, a ‘bendita’ herança de Lula inclui a confusão entre pessoa, partido e Estado?

Seja como for, o episódio em nada parece ter abalado o prestígio do ministro com sua chefe. Pois, como ele mesmo faz questão de propalar e ela nunca o desmentiu, o advogado Cardozo, cujos conhecimentos de publicidade comercial não são propriamente notórios, faz parte do seletíssimo grupo de conselheiros que ela ouve sobre a tarefa de substituir ministros do STF aposentados ou em via de se aposentar. Foi ele que levou Teori Zavascki ao encontro em que Dilma Rousseff o convidou para a vaga de Cezar Peluso, que deixou o STF há nove dias.

Mais dignas de atenção são as evidências de que a sucessora de Lula não abre mão de recorrer a seus maus bofes para ficar bem com o padrinho. A primeira foi sua reação bruta e desproporcional ao artigo do ex-presidente Fernando Henrique comentando, neste jornal, a “herança pesada” que ela teria recebido do ex-chefe. O que inquietava nisso é ter ela descido do pedestal da Presidência só para deixar claro que ninguém a intriga com o patrono. E Fernando Henrique, fora do poder há dez anos, ainda voltou a ser atacado por Dilma de forma indireta: ela aludiu, extemporaneamente, ao apagão de 2001, no governo dele, ao anunciar ontem a redução de tarifas de eletricidade.

Outro indício, ainda mais preocupante, foi seu pronunciamento oficial no Dia da Pátria, ao usar rede de rádio e televisão para continuar sua querela com o tucano, como se não tivesse descido do palanque. Além de manifestar uma fúria sem nexo em episódio de menor relevância, ela abriu mão da postura discreta que até então estava usando na campanha eleitoral. Não é condenável que presidentes lancem e apoiem candidatos de seu partido ou de sua preferência. Mas, no afã de se mostrar fiel à herança, que diz ser “bendita”, do antecessor, ela o superou na caradura de usar tribuna oficial para fazer arenga partidária e execrar adversários.

Dilma já deu sinais de que buscará uma eventual, mas não mais improvável (como mostra a tendência captada nas pesquisas de queda do tucano José Serra e ascensão do petista Fernando Haddad), compensação em São Paulo para o formidável malogro prenunciado para seu favorito Patrus Ananias em Belo Horizonte. A este se somará a derrota anunciada do ex-ministro Humberto Costa para o poste ungido por Eduardo Campos para suceder a um petista na prefeitura do Recife. E, ao estreitar na campanha em São Paulo, a presidente anunciou, de forma imprópria, que a União será parceira da Prefeitura paulistana se o PT vencer. Nada deve impedi-la de dizer que “Haddad é a pessoa certa para comandar a grande transformação de que São Paulo precisa”. Mas não pode prometer que construirá “muitas creches” se ele for prefeito. Ela foi eleita presidente para zelar pelo bem-estar das crianças em geral, e não para privilegiar correligionários.

O diabo é que, nesses exemplos, Dilma se mostra disposta a suceder a Lula no que ele deixou de pior: a submissão da coisa pública a causas privadas de companheiros de palanque e cupinchas de churrasco. Apesar de um passado de pouca nobreza, esta República, que ela preside, ainda tem origem etimológica na expressão latina *res publica*. E justo quando o STF prepara um salto de sete léguas na questão ela propõe esse recuo?

● JORNALISTA E ESCRITOR, É EDITORIALISTA DO 'JORNAL DA TARDE'

12 SET 2012

O ESTADO DE S. PAULO

12 SET 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Ordem avalia efeito de projeto de lei da AGU

Presidente da OAB pediu que comissões nacionais da entidade analisem se proposta do advogado-geral da União engessa atuação dos profissionais

O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante, pediu ontem às comissões nacionais de advocacia pública e de legislação da entidade que avaliarem o projeto de lei complementar do advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, que estabelece medidas polêmicas, como a tipificação como infração funcional dos pareceres de advogados públicos que contrariarem orientações de seus superiores hierárquicos.

“Se vier a confirmar a suspeita de que isso está diminuindo a independência técnica do advogado público, nós vamos tentar, num primeiro momento, articular a retirada do projeto”, anunciou Ophir. Se a providência não tiver sucesso e a lei for aprovada, a entidade poderá questioná-la na Justiça por meio de um mandado de segurança ou por uma ação direta de inconstitucional.

De acordo com Ophir, a OAB deve tomar uma posição sobre o assunto em outubro. “Estamos analisando esse projeto. É um aspecto que preocupa por causa da independência que o advogado tem de ter, seja ele público, seja ele privado.”

Outro item do projeto que será analisado pelas comissões da OAB é o que prevê a nomeação como advogados federais de pessoas de fora da carreira e sem concurso público. “Hoje, nos ministérios, as consultorias são cargos de confiança dos ministros. O ideal seria que tivéssemos advogados das carreiras nas chefias das consultorias. A Ordem sempre defendeu que fosse da carreira”, afirmou. “Essa é uma luta classista da advocacia pública, para dar à advocacia pública a conotação de Estado e não de governo ou governante.”

● Independência

OPHIR CAVALCANTE

PRESIDENTE DA OAB

“É um aspecto que preocupa por causa da independência que o advogado tem de ter”

Críticas. “Se o projeto for aprovado do jeito que foi enviado ao Congresso, os defensores da União perderão a independência de que necessitam para trabalhar, porque poderão ser comandados por pessoas nomeadas ao gosto do dirigente de plantão”, criticou Marcos Luiz da Silva, presidente da Associação Nacional dos Advogados da União (Anauñi).

O senador Álvaro Dias (PR), líder do PSDB, disse que o Congresso terá de impedir a aprovação da parte que elimina o concurso. “Isso é inadmissível. Temos de valorizar sempre o concurso para a capacitação profissional, opondo-se a esse aparelhamento partidário do Estado que vem ocorrendo há 10 anos, e que entrega da estrutura da administração federal aos aliados e aos companheiros. É um retrocesso e puxa a gestão para baixo.”

12 SET 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça do Rio proíbe Sky de cobrar por ponto extra

A Justiça do Rio de Janeiro proibiu a operadora de televisão por assinatura Sky de cobrar pela instalação e pela utilização de pontos adicionais. Se descumprir a decisão, a empresa terá de pagar uma multa diária de R\$ 10 mil. Com a decisão, o tribunal reafirma a posição adotada em julho, quando determinou a interrupção desse tipo de cobrança pela NET.

Na ação civil pública, o Ministério Público do Rio (MP-RJ) argumentou que a prática contraria a legislação e a resolução da Agência Nacional das Telecomunicações (Anatel) que regula o tema. De acordo com a instituição, a companhia efetua cobrança por ponto extra sob novas denominações, como “aluguel de equipamento adicional” ou “serviço de decodificação satelital”, entre outras.

Aluguel. O MP-RJ chegou a propor à Sky a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). A proposta previa que o aluguel do equipamento adicional fosse de 1% do preço para aquisição do aparelho “para evitar que se exija vantagem excessiva do assinante”. A empresa, porém, não aceitou a possibilidade, o que levou o Ministério Público a ingressar com a ação. Procurada, a Sky não se manifestou sobre a decisão até o fechamento

desta edição.

Há dois meses, uma outra decisão da Justiça fluminense havia impedido a operadora NET de cobrar pelos pontos extras. Na sentença, foi declarada nula a cláusula contratual que previa a cobrança dos pontos adicionais. Na ocasião, a empresa foi condenada a devolver os valores pagos pela utilização desses pontos desde março de 2010, quando foi editada a súmula da Anatel que regulamenta o serviço.

Em 2009, a Anatel estabeleceu que a programação do ponto principal, incluindo programas pagos individualmente pelo assinante, deve ser oferecida sem cobrança adicional para pontos extras, quando instalados no mesmo endereço residencial. O serviço deve ser gratuito, independentemente do plano contratado pelo cliente.

12 SET 2012

GAZETA DO POVO

Ducci pode usar imagem de Dilma, decide Justiça

Campanha de Gustavo Fruet tentou impedir o candidato à reeleição de usar uma fala da presidente em sua propaganda eleitoral na tevê

| *Karlos Kohlbach*

■ A Justiça Eleitoral negou ontem o pedido feito pela campanha de Gustavo Fruet (PDT) que tentava proibir a exibição de imagens da presidente Dilma Rousseff (PT) na propaganda eleitoral do candidato à reeleição Luciano Ducci (PSB). No programa eleitoral da segunda-feira, Ducci exibiu um vídeo em que Dilma elogia o projeto do metrô apresentado pela prefeitura de Curitiba durante a sua gestão. O jurídico da campanha de Fruet queria justamente suspender a exibição deste vídeo — argumentando que a Lei Eleitoral veda a participação de pessoas filiadas a um partido em programas de outra coligação. Nesse caso, Dilma não poderia aparecer na campanha de Ducci, uma vez que o PT está coligado com o PDT de Fruet.

“A juíza entendeu que a exibição da imagem da presidente Dilma no programa

do Luciano se trata de uma matéria jornalística. A filmagem é anterior à campanha e a presidente não declara apoio. Se trata de um anúncio público referente ao metrô de Curitiba”, explica o advogado Jefferson Zaneti, da campanha de Ducci. “Vamos recorrer ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE)”, disse a advogada Carla Karpstein, do jurídico de Fruet.

A disputa entre as campanhas de Ducci e Fruet pela imagem de Dilma se intensificou nos últimos dias. No mesmo dia em que o vídeo com a presidente foi exibido pela campanha do prefeito, foi ao ar uma propaganda da campanha de Fruet em que é destacada a aliança com Dilma. No vídeo da campanha de Fruet, um ator afirma que “Gustavo é a verdadeira aliança com a presidente Dilma”. Ao fundo aparecem as fotos de Fruet ao lado da ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, e da presidente.

A assessoria de Ducci afirmou, em nota, que “o partido do prefeito Luciano Ducci faz parte da base de apoio da presidente Dilma. O prefeito sempre destacou e destacou o bom relacionamento que tem com as outras esferas administrativas, que traga melhorias para Curitiba”.

Na avaliação do professor de ciência política da UFPR Emerson Cervi, a intenção dos

marqueteiros das duas campanhas é angariar votos na periferia da cidade, especialmente na classe C, que pode ser decisiva na eleição. Classe que, segundo Cervi, estaria mais favorável à campanha de Ratinho Junior (PSC).

Cervi lembra que os quatro principais candidatos à prefeitura de Curitiba integram partidos que estão na base do governo Dilma, o que pode confundir o eleitor. Além do PSB de Ducci e do PDT de Fruet, o PMDB de Rafael Greca e o PSC de Ratinho Junior também fazem parte da base.

Alfinetadas

Ao final da mesma propaganda que destaca a aliança com a presidente Dilma, a campanha de Fruet ainda dá uma alfinetada, sem citar nomes, no governador Beto Richa (PSDB) e no candidato Ratinho Junior. A propaganda diz que Fruet saiu do PSDB porque foi traído. O candidato do PDT deixou o ninho tucano, presidido por Richa no Paraná, alegando falta de espaço dentro do antigo partido para lançar candidatura à prefeitura de Curitiba.

Em outro trecho, a propaganda cita que o ex-presidente Fernando Collor, que se apresentava como candidato independente, acabou sofrendo processo de impeachment. Dos principais postulantes, Ratinho Júnior é que tem dito ser independente.

CONTINUA

12 SET 2012

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO



“Gustavo é a verdadeira aliança com a presidente Dilma.”

Ator na propaganda de Gustavo Fruet (PDT) destacando aliança do candidato com o PT.

“Queria dar os parabéns a Curitiba pela qualidade do projeto. A ministra Miriam Belchior [do Planejamento], que estava fazendo uma avaliação comigo, tava me dizendo que entre os projetos apresentados o projeto aqui do prefeito era um dos melhores.”

Dilma Rousseff, em discurso que tem sido usado pela campanha do candidato Luciano Ducci (PSB).

NOTA POLÍTICA

Barrada

A Justiça Eleitoral suspendeu a divulgação da pesquisa Datafolha de intenções de voto em Curitiba, que deveria ser divulgada hoje. A decisão atendeu a um pedido da campanha de Gustavo Fruet (PDT). Os advogados argumentam que o registro da pesquisa no TRE não indicou a fonte dos dados para a ponderação e estratificação dos entrevistados em relação ao nível econômico e de instrução.

12 SET 2012

GAZETA DO POVO

Os velhos vícios ainda resistem

Com medo da impopularidade, a maioria dos deputados estaduais não defende publicamente a aposentadoria bancada, em parte, com recursos públicos. Mas pressiona a direção da Assembleia para que implante imediatamente o fundo de pensão

No começo de 2011, a Assembleia Legislativa elegeu e deu posse a uma Comissão Executiva, encabeçada pelo deputado Valdir Rossoni. Abria-se, naquele momento, o que se acreditava ser um novo período na história da administração da Casa após décadas marcados por escândalos e sistemática desobediência à moralidade pública. As primeiras providências adotadas pela nova direção iam todas no sentido do resgate ético e da contenção dos gastos.

Não mais funcionários fantasmas; não mais “gafanhotos”; não mais inchaço no quadro de funcionários comissionados; não mais desvios milionários por contas em nome de laranjas; não mais atos secretos que legitimavam os piores desmandos. Campanha realizada pelos veículos do grupo GRPCom levou o povo às ruas em sinal de protesto; o Ministério Público Estadual fez a sua parte, propondo medidas judiciais contra os culpados. Prisões aconteceram, condenações judiciais foram proferidas. Nenhum deputado foi até hoje responsabilizado, mas há servidores cúmplices que já pagam suas penas.

A essa realidade nascente somava-se a nova direção da Assembleia, que, enfrentando todo tipo de resistência, deu continuidade ao processo de moralização. A Casa estaria hoje livre, limpa dos velhos males? A resposta é não — pois, como o Palácio 19 de Dezembro não foi transformado em um convento de freiras contemplativas, certamente ainda subsistem muitas deformações a merecer combate.

Uma dessas deformações é a existência da lei — promulgada pela própria Assembleia em 2010 — que prevê a concessão de aposentadoria aos deputados; sua imoralidade e sua inconstitucionalidade estão no fato de que é com dinheiro público que tais proventos serão pagos. Não se exige dos parlamentares a integralidade da contribuição que lhes daria indiscutível direito de auferir a vantagem, mas exige-se que o Orçamento Público aporte recursos para torná-la realidade.

A lei que cria esse esdrúxulo fundo previdenciário não foi colocada em prática. Não havia “clima” político — logo após a avalanche de denúncias que desmoralizou a Assembleia — para que ela se tornasse efetiva. O presidente Rossoni se recusou até agora a tirá-la da gaveta. Mas eis que, às vésperas da eleição da Mesa Diretora prevista para outubro, na qual pretende concorrer à reeleição o atual presidente, entra em cena o velho e silencioso método da chantagem.

Com medo da impopularidade com que seria punida, a maioria dos 54 deputados não se encoraja em fazer declarações públicas em defesa da aposentadoria nos termos da lei. Mas pressiona a direção da Assembleia para que implante imediatamente o fundo de pensão — ou assumo o compromisso de fazê-lo logo — sob pena de não conseguir a reeleição. Outra chapa seria formada (com membros comprometidos com a “reivindicação”) para derrotar a atual administração caso esta não mostre disposição para mudar de ideia.

O argumento de que os deputados paranaenses teriam o “direito” à aposentadoria custeada pelo contribuinte simplesmente porque sistemas previdenciários semelhantes vigoram em outras casas legislativas e instituições públicas de outros poderes é frágil e não absolve seus defensores como propugnadores de uma medida ilegal e imoral. A sabedoria popular diz que “dois errados não fazem um certo”; ideal seria que as outras instituições se adequassem aos critérios sadios de uso correto do dinheiro público, e não que se generalize indiscriminadamente a destinação de recursos arrecadados dos cidadãos para benefícios concedidos sob critérios muito mais generosos que os exigidos de quase todos os trabalhadores brasileiros.

É importante que a sociedade se mantenha atenta a essa tentativa, assim como se espera que a atual direção resista à investida — ainda que lhe custe a derrota na reeleição.

GAZETA DO POVO

Julgamento do mensalão pode ter

12 SET 2012

sessões extras

■ A sugestão do relator do mensalão, o ministro Joaquim Barbosa, de fazer sessão extra no Supremo Tribunal Federal (STF) para julgar a ação foi bem recebida pelos ministros. O processo começou a ser julgado em 2 de agosto e desde então já foram realizadas 21 sessões, mas o julgamento ainda está longe de acabar: dos sete capítulos que compõem a denúncia, o STF ainda está analisando o terceiro. O tribunal está realizando três sessões por semana.

“Não tenho objeção nenhuma. Eu acho que quanto mais rápido o tribunal entrar no ritmo de normalidade, melhor, porque assim poderemos julgar os processos que estão em pauta”, disse o revisor do processo, Ricardo Lewandowski. “Se os colegas estiverem de acordo, eu concordo em termos também as manhãs das quartas-feiras destinadas ao mensalão. Assim o encerraremos com um veredicto final num tempo mais curto”, afirmou o ministro Marco Aurélio Mello.

Na segunda-feira, o presidente do STF, Ayres Britto, disse que era simpático à realização de sessão extra. Pelo menos mais um ministro também já demonstrou ser favorável a mais sessões para julgar o mensalão. Já a ministra Cármen Lúcia preferiu não opinar. “Sou mineira. Não sou contra ou a favor de nada”, desconversou.

Novo ministro

Lewandoswki preferiu não comentar ontem sobre a possível participação do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Teori Zavascki (indicado pela presidente Dilma Rousseff para o STF) no julgamento. “Depende da sabatina no Senado”, disse.

Zavascki esteve ontem no Senado para tratar da sabatina a que se submeterá como substituto de Cezar Peluso. Ele disse que no STJ é comum um ministro participar de um julgamento em andamento. “Temos muitos casos em que, em tese, é possível, mas não conheço do racionamento do Supremo.”

A decisão sobre a participação de Zavascki no julgamento do mensalão vai depender de um acordo na Câmara dos Deputados para votar a Medida Provisória do Código Florestal. Se a MP for aprovada no dia 18, o Senado deverá ser convocado para um período de esforço concentrado com a finalidade de votar a proposta. Caso contrário, o Senado só retomará suas atividades em 16 de outubro, adiando a sabatina em mais de um mês.

DORA KRAMER

Toque de celeridade

O Supremo Tribunal Federal tem examinado a ação penal do mensalão com um olho nos autos e outro nos prazos. Este, sim, pode-se dizer que tenha como referência a opinião pública de que tanto reclamam os advogados de defesa.

Ainda que por hipótese remota não houvesse mais condenação alguma daqui em diante, existe a expectativa em torno do destino efetivo dos réus já condenados.

Serão presos, cumprirão de alguma forma as penas ou daqui a dois anos estarão levando vida normal, cuidando das respectivas atividades como se nada de diferente houvesse ocorrido que pudesse abalar a rotina de suas vidas?

O exemplo da primeira condenação de um deputado federal pelo STF desde que as regras mudaram e a Justiça deixou de precisar de autorização prévia do Congresso para processar parlamentares.

Natan Donadon foi condenado em outubro de 2010 pelos crimes de peculato e formação de quadrilha por ter desviado, junto com outros sete réus, dinheiro da Assembleia Legislativa de Rondônia, quando ocupava o cargo de diretor financeiro, em 1995. Até hoje, no entanto, está em liberdade por causa de embargos de declaração apresentados pela defesa e ainda não julgados.

A condenação a 13 anos, quatro meses e dez dias de prisão, mais multa de 66 salários mínimos, ocorreu por ato semelhante ao do deputado João Paulo Cunha. Donadon pagou R\$ 8 milhões a uma agência de publicidade por serviços não prestados e mediante emissão de notas fiscais frias.

Foi relatora a ministra Cármen Lúcia, acompanhada pela unanimidade

do colegiado na condenação por peculato que expôs a mesma lógica agora adotada no julgamento do mensalão no tocante aos quesitos ato de ofício e domínio do fato.

“Fugiria do limite do razoável imaginar que uma pessoa que exerce o cargo de diretor financeiro da Assembleia Legislativa, ao efetuar pagamento de serviços que custaram milhões de reais não tivesse a obrigação de se informar se eles estariam sendo devidamente prestados”, argumentou Cármen Lúcia à época.

O presidente do Supremo, Carlos Ayres Britto, está atento ao risco de a postergação se repetir. Por isso já articula no tribunal uma alteração de procedimentos, assim como foi feito para evitar que o contraditório entre ministros resultasse em pane processual.

Pedirá aos magistrados que “encurtem” seus votos e, uma vez encerrado o julgamento, examinem os embargos em tempo exíguo. Se possível, em cinco dias a contar da apresentação.

Lá comocá

O Brasil mudou, a composição do Supremo é outra, a amplitude dos crimes também. Mas um traço de união existe entre o julgamento que absolveu Fernando Collor em 1994 e o que vai condenando os réus do mensalão: os pecados da soberba e da preguiça.

Naquele processo a acusação, mal instruída, acreditou na força da opinião pública. Agora foi a vez de a defesa apresentar-se desleixada, confiante no peso das formalidades jurídicas.

Existe a expectativa em torno do destino efetivo dos réus já condenados.

GAZETA DO POVO

HOSPITAL

Médicos do Evangélico atendem pedido do MP e adiam paralisação

Em assembleia na noite de ontem, os médicos que prestam serviço ao Hospital Evangélico de Curitiba decidiram acatar o pedido feito pelo Ministério Público (MP) do Paraná e não iniciar a paralisação no atendimento que estava prevista para hoje. A categoria aceitou esperar uma semana até a chegada de novos documentos da investigação feita pelo MP sobre o endividamento do hospital.

Segundo o presidente do Sindicato dos Médicos do Paraná (Simepar), Mário Ferrari, uma audiência com o MP no dia 14 deve definir os rumos da manifestação da categoria, que reclama de atraso no pagamento de honorários – um total de R\$ 8,3 milhões, de acordo com a própria mantenedora do hospital, a Sociedade Evangélica Beneficente – e de falta de condições de trabalho.

12 SET 2012

COLUNA DO LEITOR

Adoção

A respeito do artigo de Belmiro Valverde Jobim Castor sobre adoção de crianças por casais homoafetivos (**Gazeta**, 9/9), sou a favor de testarmos esse tipo de adoção porque muitas crianças que hoje são cuidadas por casais homossexuais se dizem felizes. Entretanto, talvez o maior medo para a criança nesse tipo de adoção seja da sociedade, que é preconceituosa.

Antonio Castagnoli

12 SET 2012

FOLHA DE LONDRINA

Decisão do TJ obriga Romanelli a desmontar gabinete

Curitiba - Para continuar secretário estadual do Trabalho, Luiz Cláudio Romanelli (-PMDB) terá que abrir mão da estrutura a que tinha direito como deputado estadual. O político será o primeiro parlamentar afetado por uma decisão do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, que extinguiu o acúmulo de benefícios a quem tem mandato de deputado estadual e ocupa cargos no primeiro escalão do Executivo.

Quando o governador Beto Richa (PSDB) chamou Romanelli para integrar a administração pública, o político pôde escolher entre receber remuneração de secretário ou de deputado estadual. Ao optar pelo subsídio de deputado estadual, ele também ganhou o direito, com base numa lei estadual em vigor na época, de empregar 12 funcionários na AL e gastar a verba indenizatória de R\$ 31 mil por mês.

A Assembleia já está ciente da decisão do TJ e oficiou o deputado estadual licenciado a se manifestar sobre o caso. Se Romanelli continuar secretário de Estado, ele garante o mandato parlamentar, mas terá os funcionários exonerados e perderá a verba indenizatória enquanto não reassumir oficialmente os trabalhos na AL. Como a decisão não tem efeito retroativo, nenhum centavo já gasto com "deputados-secretários" terá que ser devolvido aos cofres públicos. A decisão também colocou em alerta a liderança da oposição na AL, ocupada pelo suplente de Romanelli, deputado estadual Elton Weiter (PT), que aguarda a conclusão do processo administrativo.

MAZZA

Moleza

O Tribunal de Justiça cortou a moleza de deputados-secretários permanecerem com direito a gabinete na Assembleia. Grave distorção essa de não respeitar a independência dos poderes: estar com um pé no Executivo e outro no Legislativo é bem da nossa vocação pela promiscuidade em nome do compadrio.

1 2 SET 2012

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

TJ no Norte

Amanhã a comarca de Arapongas será promovida à entrância final e Cornélio Procópio verá a inauguração da segunda Vara Cível da cidade. O presidente do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, Miguel Kfoury Neto, vai participar das cerimônias, após passar o dia de hoje em Porecatu e Paranavaí. Em fim de mandato na direção do Judiciário estadual, ele corre cortar fitas brancas.

Paraná no STJ

A semana também registrou a primeira vez na história do Judiciário paranaense que um membro do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná é convocado diretamente para trabalhar no Superior Tribunal de Justiça (STJ). O desembargador Jonny de Jesus Campos Marques, especialista em Direito Penal, atuará como substituto de ministro do STJ.

12 SET 2012

FOLHA DE LONDRINA INFORME

Pintura de hospital 1

A Promotoria de Justiça de Centenário do Sul (Norte) propôs uma ação civil pública por ato de improbidade administrativa contra a prefeita da cidade, Veralice Pazzotti, por pintar o Hospital Municipal Doutor Lauro Macedo Sobrinho com a cor amarela, que faria referência à campanha de um aliado político dela. A cor já foi utilizada por ela quando candidata à prefeitura e também utilizada pelo candidato que apóia, Adriano Tavares dos Santos.

Pintura de hospital 2

Segundo a ação civil pública, em 1986 foi aprovada uma lei local que institui como cores oficiais do município de Centenário do Sul as cores verde, branco e vermelho, mesmas cores da bandeira da cidade. O Ministério Público pediu para a prefeita "repintar" o prédio em um prazo de cinco dias, o que não foi atendido.

Fiscalização da propaganda

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná determinou a suspensão da fiscalização da propaganda eleitoral em Paranaguá (Litoral do Estado) pelo Departamento de Trânsito Municipal (Demutran). O TRE destaca que o poder de polícia na fiscalização desse tipo de propaganda deve ser exercido exclusivamente pela 158ª Zona Eleitoral de Paranaguá.

12 SET 2012

FOLHA DE LONDRINA

CLÁUDIO HUMBERTO

"Nem estudei o assunto"
Ministro **Teori Zavascki**, indicado para o STF,
sobre o julgamento do mensalão

STF: Joaquim acumulará presidência e relatoria

O ministro relator do processo do mensalão, Joaquim Barbosa, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, foi questionado por amigos preocupados com os sinais de manobras protelatórias, cujo objetivo seria arrastar o julgamento até 18 de novembro, quando se aposenta o presidente do STF, ministro Carlos Ayres Britto. A aposta do PT é que, ao assumir a presidência, Barbosa deixaria a relatoria. Ledo engano.

Nem pensar

Joaquim Barbosa avisou: se chegar ao ponto de assumir a presidência do STF durante o julgamento do mensalão, não abrirá mão da relatoria.

Ócio precoce

Carlos Ayres Britto vai se aposentar ao completar 70 anos, em novembro, assim como Cezar Peluso deixou o STF no último dia 3.

Pegou bem

A exemplo de Ayres Britto, o ministro Joaquim Barbosa também gostou da escolha de Teori Zavascki para a vaga de Cezar Peluso no STF.

Fraquinho

Preterido mais uma vez para a sonhada vaga no STF, Luiz Adams (AGU) agora já pode ter certeza de que Dilma não confia no seu taco.

12 SET 2012

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Pesquisas, a questão

Não há uniformidade no decisório da Justiça Eleitoral sobre pesquisas, em alguns casos a impugnação é aceita e noutros não. Há casos em que a liberação é tão tardia que torna os resultados bons apenas para quem está na frente, pois o flagrante é desatualizado. Beto Richa se elegeu governador bloqueando pesquisas, de forma sistemática. Ou as temia ou procurava manter a militância ligada e com isso assegurar apoios políticos e financeiros.

Londrina teve uma pesquisa impugnada, depois de divulgada, mas com severa proibição de reproduzi-la quando Inês já tinha batido a cassuleta. Em Curitiba a TV deu o resultado de uma em tempo de abortar o pedido de impugnação nervoso de uma coligação. E sem punição pelo bloqueio porque não houve tempo para a intimação da emissora.

Ontem, em Curitiba, a coligação de Fruet tentou impugnar o DataFolha e não obteve êxito porque o pedido acabou rejeitado. Se a chapa optou por esse rumo é que ou não estava confiante numa recuperação (e necessária porque o estilo da campanha mudou e com um tom de maior agressividade e com declarações de amor a Lula e Dilma) ou acreditava que era cedo para sabê-lo.

Regras não são nem uniformes, nem muito claras. Todavia o processo é assim mesmo: tivemos eleições de bico de pena, o voto secreto com os candidatos distribuindo cédulas, em seguida a cédula única e hoje até, no caso de Curitiba e outras cidades brasileiras, o voto biométrico. Estamos ainda nas dores do parto da democracia e o próximo lance, se a fauna o permitir, será o voto distrital.

12 SET 2012

FOLHA DE S. PAULO

Novo ministro diz não conhecer processo

Escolhido para vaga no Supremo, Teori Zavascki indica que não deve participar do julgamento do mensalão

Teori evita especular antes de ter nomeação confirmada no Senado; data da sabatina dele ainda não foi marcada

Um dia após ser indicado a uma vaga no STF (Supremo Tribunal Federal), o ministro Teori Zavascki sinalizou que, como não conhece os autos do processo do mensalão, ficará de fora do julgamento.

Segundo ele, sua decisão só será anunciada após a sabatina do Senado, quando o nome dele deve ser aprovado para substituir Cezar Peluso.

Hoje ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça), Teori Zavascki, 64, deu à **Folha** sua primeira declaração pública após a indicação da presidente Dilma Rousseff.

“Nem estudei o assunto [mensalão], é prematuro falar sobre isso. Não cogito nada antes de ser nomeado. Não quero falar sobre exercício do cargo no STF antes de completar o ciclo de nomeação.”

Para ministros do STF e colegas do STJ, é remota a chance de ele participar do julgamento. Ao dizer que não estudou o caso, estaria, segundo magistrados, avisando que não deve julgar os réus.

Sem Peluso, aposentado, o STF ficou com dez ministros. A participação de Teori poderia, eventualmente, desempatar algum ponto da ação.

A previsão é que ele tome posse até o início de novembro —poderia participar do julgamento se o caso ainda estiver em pauta. Mas o regimento permite ao novo ministro abrir mão de votar por não conhecer os autos.

PAINEL

Tô fora O novo ministro do STF, Teori Zavascki, deverá dizer aos senadores na sabatina da Comissão de Constituição e Justiça que, mesmo se chegar a tempo à corte, não votará no mensalão.

Visita à Folha Nino Oliveira Toldo, presidente da Ajufe (Associação dos Juizes Federais do Brasil), visitou ontem a **Folha**. Estava acompanhado de Samuel Figueiredo, assessor de imprensa.

AUDIÊNCIA

Teori falou sobre a audiência com Dilma, domingo, no Palácio da Alvorada, quando foi comunicado da indicação.

“Ela me convidou, e eu aceitei. Não podemos colocar isso como objetivo de vida. É um cargo que a gente não pleiteia e não recusa. É uma honra para qualquer profissional do direito”, disse.

Ele não quis comentar a fama de discreto, que o teria ajudado: “São as pessoas que fazem o perfil da gente”.

Teori já participou de votações polêmicas no STJ. Em uma, manteve decisão de instâncias inferiores favoráveis ao ex-ministro Antonio Palocci em processo por improbidade. Em outra, foi contra a prisão do ex-governador do DF José Roberto Arruda, no escândalo Caixa de Pandora.

“São decisões motivadas, os autos são públicos. Espero ter acertado mais do que errado”, afirmou.

Ontem, Teori fez o tradicional corpo a corpo pré-sabatina. Visitou o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Eunício Oliveira (PMDB-CE), e Pedro Simon (PMDB-RS). A sabatina não tem data, mas pode ocorrer no dia 28 —o Senado está em “recesso em branco” por conta da eleição.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Discreto, Teori já escreveu que impunidade de políticos é 'mito'

Na noite de domingo, Teori Zavascki telefonou aos filhos, que moram em Porto Alegre, e os avisou que estava indo para o STF (Supremo Tribunal Federal): "Estou mudando de endereço."

Os filhos entenderam o recado cifrado, comprovação de sua fama de discreto: Teori acabara de conversar com a presidente Dilma Rousseff e aceitar o convite dela.

"Para conseguir arrancar alguma coisa dele tem que ser herói. Ele é bem quietão", diz o filho e advogado Francisco Zavascki, 31. Segundo ele, a discrição no diálogo telefônico é também uma preocupação de seu pai com supostos grampos em Brasília.

Somente no dia seguinte, à tarde, souberam da oficialização da indicação ao STF, por meio do noticiário.

Os filhos Francisco e Liliana mantêm com a mãe e ex-mulher de Teori um escritório de advocacia na capital gaúcha — e que tem causas tanto no STJ (Superior Tribunal de Justiça), onde o pai trabalha, quanto no Supremo.

"Os processos nunca começaram no STJ. Começam aqui e chegam no STJ ou no STF, como em qualquer escritório. Meu pai jamais os julgaria", afirma Francisco.

Teori Zavascki é conhecido pela formalidade na relação com funcionários do gabinete e advogados e pelo rigor processual nas votações. Colegas também ressaltam posições favoráveis à União em questões fazendárias.

O ministro não é de frequentar rodas sociais de Brasília. Aos finais de semana, vai a Porto Alegre visitar os filhos e ver jogos do Grêmio, clube do qual é conselheiro.

Lendo decisões dele no STJ, é possível saber a maneira como pensa sobre alguns temas. Para ele, a improbidade administrativa só existe se for comprovada a má-fé no desvio do dinheiro, por exemplo. E a impunidade de políticos é um "mito".

12 SET 2012
FOLHA DE S. PAULO

TEORI ZAVASCKI EM 7 TÓPICOS

As opiniões do novo ministro do Supremo



Teori durante visita ao Senado, em Brasília, ontem

Improbidade e má-fé

O ministro decidiu que só há improbidade administrativa quando é comprovada a má-fé. Com esse entendimento, votou pelo arquivamento de processo contra o ex-ministro Antonio Palocci

Saúde Pública

Teori considerou legítimo o bloqueio de verbas públicas para garantir o custeio de um tratamento de saúde. Para ele, o direito fundamental à saúde prevalece sobre o da impenhorabilidade dos recursos da Fazenda

Impunidade é 'mito'

Teori afirma que a suposta dificuldade para punir políticos lhe parece "um mito". "As punições estão ocorrendo"

Desmembramento de processos

Em ação sobre quadrilha no Judiciário do Espírito Santo, entendeu que era melhor desmembrar o processo e deixar no STJ só os réus com foro. A mesma discussão ocorreu no julgamento do mensalão, mas o STF decidiu não desmembrar

A penhora de bens

Para ele, o Estado pode penhorar uma TV, desde que o endividado tenha duas. "Bens que guarnecem a residência são impenhoráveis, excetuando-se aqueles encontrados em duplicidade"

Prisão, só com processo

Teori foi contra a prisão do ex-governador do Distrito Federal José Roberto Arruda — a prisão só poderia ocorrer após o Legislativo do DF autorizar a abertura de processo

Cobrar R\$ 24 bilhões?

O ministro votou contra a União em cobrança de dívida da Vale de R\$ 24 bilhões — a "quantia vultosa" iria interferir nos negócios da empresa. Acabou vencido

12 SET 2012

FOLHA DE S. PAULO

Ministros devem definir sessão extra hoje

Os ministros do Supremo deverão definir hoje a realização de uma sessão extra por semana para agilizar o julgamento do mensalão.

Ainda não há acordo sobre quando ela deverá ocorrer, mas ganhou força a ideia de fazer o novo encontro nas manhãs das quartas-feiras.

Ontem, alguns ministros chegaram a afirmar que essa sessão poderia ocorrer nas terças, tornando matinais o encontro das turmas.

Contra isso, porém, pesa o fato de que o CNJ se reúne de 15 em 15 dias, sempre no segundo dia da semana, o que prejudicaria a participação do presidente do STF, Carlos Ayres Britto, neste encontro.

Também às terças, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) tem sessões à noite — três ministros do Supremo participam da corte eleitoral.

Na tarde de ontem, três ministros disseram não se opor à proposta do relator do processo, Joaquim Barbosa, de realizar sessões extra.

“Concordo em termos as manhãs das quartas-feiras [...]. Assim o encerraremos com um veredicto final num tempo mais curto”, disse Marco Aurélio Mello.

FILA DE PROCESSOS

O revisor, Ricardo Lewandowski, também disse não se opor. “Acho que quanto mais rápido o tribunal entrar no ritmo de normalidade melhor, porque assim poderemos julgar os processos que estão em pauta, e são muitos.”

“Sou favorável a qualquer modelo que vise a agilização do julgamento”, completou Luiz Fux. Ele chegou a fazer uma proposta semelhante à de Barbosa, durante reunião administrativa ocorrida há pouco mais de duas semanas, que foi negada pelos colegas.

A mudança de posição, porém, revela que os integrantes da corte já estão cansados de analisar o mesmo processo por tanto tempo e já sentem o prejuízo de deixar os outros casos “congelados”.

Alguns dizem que, se não houver novas sessões, o julgamento pode se arrastar por outubro, chegando até meados de novembro, quando Ayres Britto deverá se aposentar.

Para alguns integrantes, com novos encontros o caso pode ser finalizado até a segunda semana de outubro.

Outros dois ministros também apoiam a mudança. O presidente Ayres Britto chegou a dizer anteontem estar “receptivo à ideia” de Barbosa, além de Gilmar Mendes, listado entre os que defendem a agilização do julgamento.

12 SET 2012

FOLHA DE S. PAULO

PDT pede, e tribunal suspende divulgação de pesquisa em Curitiba

Datafolha vai recorrer; proibição caracteriza censura prévia, diz diretor-geral do instituto

DE CURITIBA

O candidato à Prefeitura de Curitiba Gustavo Fruet (PDT) recorreu ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e conseguiu suspender a divulgação de pesquisa Datafolha, que deveria ocorrer hoje.

O Datafolha vai recorrer da decisão. “Essas proibições caracterizam censura prévia e retiram do eleitorado o direito de receber informações importantes para o entendimento do processo eleitoral”, afirmou o diretor-geral do Datafolha, Mauro Paulino.

Fruet fez o primeiro pedido à Justiça Eleitoral na noite de anteontem, mas a solicitação foi negada por um juiz de primeira instância. Recorreu ao TRE, que proibiu a pesquisa em decisão liminar do juiz Luciano Carrasco.

Advogados de Fruet dizem que o registro da pesquisa no TRE não indica a fonte dos dados para ponderação e estratificação dos entrevistados em relação ao nível econômico e ao grau de instrução.

“Se o instituto não informa a fonte de seus dados, não tem obrigação quanto aos números que vai usar”, diz o advogado Gustavo Guedes, para quem falta “transparên-

cia” à pesquisa.

Para Mauro Paulino, do Datafolha, a pesquisa é “transparente e correta”. “Numa amostra probabilística, como a usada pelo Datafolha, os resultados dessas variáveis serão obtidos de forma natural, da mesma forma que todas as outras variáveis do questionário, como partido de preferência, posição na ocupação etc.”

Além disso, diz Paulino, “não há dados oficiais atualizados das duas variáveis com relação ao eleitorado, um universo diferente da população de uma cidade”.

O argumento de Fruet é o mesmo que, em 2010, acarretou a proibição de nove levantamentos de intenção de voto para o governo no Paraná.

O juiz Carrasco, responsável por ao menos 4 das 9 proibições de 2010, disse na decisão que é “indiscutível que os números das pesquisas podem influenciar indecisos, impressionando o eleitor”.

Carrasco afirmou que o levantamento do Datafolha se revelava “precário” por falta de informações sobre a origem dos dados, o que impossibilitaria “verificação de eventual irregularidade”. (ES-

TELITA HASS CARAZZAI)

12 SET 2012

FOLHA DE S. PAULO

Desviar verba da educação poderá ser crime hediondo

Projeto foi aprovado
em comissão do Senado

O desvio de verbas da saúde e da educação pode se tornar crime hediondo. Projeto aprovado ontem pela Comissão de Educação do Senado inclui na lei dos crimes hediondos as ações de corrupção, peculato ou formação de quadrilha quando estiverem relacionadas a licitações, contratos, programas e ações nas áreas de saúde e educação.

O objetivo da proposta é endurecer as penas para evitar fraudes com recursos públicos em duas áreas consideradas essenciais para a população. Para virar lei, o projeto precisa ser aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado e pela Câmara.

Autor do projeto, o senador Lobão Filho (PMDB-MA) disse que 70% dos recursos públicos desviados no país são da saúde e da educação.

Entre 2007 e 2010, diz a Controladoria Geral da União, foram desviados por prefeituras mais de R\$ 600 milhões nessas áreas. Os crimes hediondos são inafiançáveis, sem possibilidade de anistia e com penas de até 30 anos de reclusão.

12 SET 2012

JORNAL DO ESTADO

Queda de energia rende indenização no Sítio Cercado

A Companhia Paranaense de Energia Elétrica – Copel foi condenada a reembolsar usuários (A.E.L. e Outros) das despesas efetuadas com consertos de aparelhos eletrodomésticos que foram danificados por causa de uma sobrecarga de energia elétrica. O fato ocorreu na região do bairro Sítio Cercado, em Curitiba (PR).

Essa decisão da 10.ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná reformou parcialmente (apenas em relação aos juros de mora) a sentença do Juízo da 1.ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba que julgou procedente o pedido formulado na ação ajuizada por A.E.L. e Outros contra a Companhia Paranaense de Energia Elétrica – Copel.

12 SET 2012

JORNAL DO ESTADO

DIREITO DO CONSUMIDOR

Justiça proíbe Sky de cobrar por ponto extra

A Justiça determinou que a empresa de TV por assinatura Sky deixe de cobrar pela instalação e utilização de pontos extras nas residências. De acordo com o Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ), que ajuizou a Ação Civil Pública (ACP) para impedir a prática, esta cobrança é vedada pela Resolução 488/2007 da Anatel. Em caso de descumprimento, a decisão prevê que a empresa seja condenada a pagar multa diária de R\$ 10 mil. À decisão cabe recurso.

“Ocorre que tal prática é inegavelmente contrária à legislação que protege o consumidor e à resolução da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), que proíbe a cobrança de ponto extra/adicional ou ponto de extensão, sendo constatada tal irregularidade através de diversas reclamações dos consumidores, que se veem lesados com tal prática”,

narra trecho da decisão da 6ª Vara Empresarial da Capital.

A 4ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva e Defesa do Consumidor havia instaurado inquérito civil e, após constatar a existência de inúmeras queixas de consumidores em site de reclamações, sobre a cobrança indevida pela instalação de pontos extras de TV a cabo para a mesma residência, propôs a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). A empresa, contudo, não mostrou interesse e, por isso, o MPRJ ajuizou a ACP.

A Sky foi procurada para comentar a decisão, mas ainda não se manifestou.

Em julho, a Justiça do Rio tomou decisão semelhante, proibindo a NET de cobrar por pontos extras adicionais, mensalidades de TV adicionais ou qualquer outra nome que a empresa dê para casos semelhantes.

12 SET 2012

JORNAL DO ESTADO

Um real



Conforme anunciado anteriormente pelo senador Roberto Requião (PMDB), neste sábado acontece o almoço de R\$1 pró PMDB. O convite deve ser colocado em breve no Facebook, anunciou um assessor no Twitter. O local do almoço será o restaurante da Mara, na CIC. “Será por adesão, como manda a lei”, explicou a assessoria do candidato do partido, Rafael Greca.

Direito de resposta

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) acolheu recurso da coligação “Curitiba Quer Mais” (PDT/PT/PV), do candidato Gustavo Fruet (PDT), que pediu direito de resposta ao Jornal *Oi Curitiba* e André Joppert Lopes. A edição nº 1 do jornal vinculou a imagem de Gustavo Fruet ao “mensalão” através de uma história em quadrinhos que levava o leitor à ideia de que o político “teria mudado de lado”. Também trazia a frase: “O debate desse escândalo bate na porta do curitibano e vai influenciar a eleição para prefeito de Curitiba. Gustavo Fruet que, como deputado do PSDB, foi um dos líderes dos crimes do mensalão, mudou de partido”. O jornal trazia ainda matéria com a manchete “Esqueçam o que eu disse”, relativa ao político.

Balão

A Justiça Eleitoral proibiu o prefeito Lucian Ducci (PSB), da Coligação Curitiba Sempre na Frente, de utilizar novamente seu balão de campanha, visto no litoral no Paraná. O objeto tem mais de 50 metros quadrados de área total de propaganda, o que ultrapassa o limite de 4 metros quadrados previsto na legislação. Caso ele venha a descumprir a determinação, o Juiz Eleitoral pode fixar multa diária.

12 SET 2012

JORNAL DO ESTADO

Fruet consegue

barrar novo DATAFOLHA NA JUSTIÇA

NO ESCURO



Se assim não for feito, como será possível que se possa apontar a existência de alguma irregularidade?

do juiz Luiz Carrasco, sobre a necessidade de indicação da base de informações das pesquisas

A Coligação Curitiba Quer Mais, do candidato Gustavo Fruet (PDT),

conseguiu ontem impedir a divulgação da nova pesquisa Datafolha sobre a disputa pela prefeitura de Curitiba. A terceira sondagem seria divulgada ontem, mas no final da tarde Fruet conseguiu uma liminar da Justiça Eleitoral impedindo a liberação dos números.

O candidato do PDT já havia tentado impedir a mesma pesquisa na segunda-feira, mas o juiz Marcelo Wallbach Silva, do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), negou o pedido. A coligação recorreu da decisão e obteve o resultado esperado em segunda instância, em liminar concedida pelo juiz Luciano Carrasco. Além da liminar, caso seja descumprida a determinação, há uma pena de multa de R\$ 100 mil.

Carrasco acatou o argumento da campanha de Fruet de que havia ausência de informação da base de dados para o plano amostral. Ou seja, não existia no registro junto ao TRE a origem dos dados relativos ao grau de instrução e ao nível econômico dos entrevistados. Segundo eles, a indicação dessas fontes de levantamento são essenciais para que se possa verificar a regularidade na pesquisa.

Desde o início da campanha, dez sondagens de institutos já tiveram a divulgação impedida

“Não quero aqui afirmar que deva ser utilizada esta ou aquela base de informações (IBGE, PNAD etc), mas, sim, que é necessário que se indique ao menos uma, para que os eleitores e os candidatos tenham acesso e verifiquem a aproximação mínima entre o total que será amostrado e a grandeza que se chegará, pois, se assim não for feito, como será possível que se possa apontar a existência de alguma irregularidade?”, disse Carrasco no seu parecer.

O juiz considerou ainda com a ausência de informação da base de dados para o seu plano amostral, a margem de erro vicia a amostra. Ainda segundo ele, a decisão protege a credibilidade do próprio instituto de pesquisa, para que não se favoreça este ou aquele candidato.

Tapetão — Esta é a primeira pesquisa que Fruet entra na Justiça para tentar barrar a divulgação. Porém, já chegam a quase dez as sondagens impugnadas desde o início da campanha eleitoral deste ano. Anteriormente, o prefeito Luciano Ducci (PSB) entrou com ações contra as pesquisas do Instituto Promídia Pesquisa de Opinião Pública e Marketing,

do Datacenso Pesquisas e Tendências Mercadológicas e Vox Populi. Ratinho Junior (PSC) também já havia tentado barrar a divulgação de uma pesquisa Ibope, mas não conseguiu. Algumas pesquisas que foram barradas até chegaram a ser divulgadas depois, mas com o atraso, o cenário já não tinha credibilidade.

A atitude de Fruet causou um pouco de estranheza já que ele havia dito anteriormente que era contra as impugnações de pesquisas. A Datafolha, encomendada pela Folha de S. Paulo e pela RPCTV, já divulgou dois cenários anteriormente. No primeiro, com levantamento realizado entre os dias 19 e 20 de julho, Fruet apareceu tecnicamente empatado com Luciano Ducci e Ratinho Junior. A pesquisa foi registrada no TRE-PR, sob o número PR-00017/2012. A segunda, feita entre os dias 28 e 29 de agosto, Fruet caiu para o 3º lugar enquanto Ducci e Ratinho ficaram com 27% das intenções de voto. A pesquisa foi registrada no Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PR), sob o número 00085/2012.

CONTINUA

Em 2010, Richa impugnou sete pesquisas

Assim como neste ano, na disputa eleitoral em 2010, diversas sondagens da disputa para o Governo do Estado foram impugnadas. O atual governador Beto Richa chegou a impedir a divulgação de sete pesquisas. Esse foi um dos principais pontos de discussão entre Richa e Osmar Dias (PDT), o outro candidato favoritos ao pleito.

Dias criticava a postura de Richa e chamava de “censura”. Enquanto isso, Beto Richa dizia que estava no “caminho certo” ao receber o amparo da justiça eleitoral. Entre os principais argumentos utilizados para as liminares também são os mesmos de agora: os percentuais acerca do nível econômico e as fontes dos índices de ponderação.

Segundo reportagem do Uol, advogados afirmam que a jurisprudência abriu caminho às proibições —mas ressaltam que as decisões têm mudado. “A Justiça Eleitoral é itinerante”, diz a advogada Elizangela Lazzaretti, de Foz do Iguaçu. Algumas avaliações já dão razão aos institutos e só proíbem pesquisas que não cumprem determinações do TSE ou com indícios de fraude. Os juízes têm afirmado que não cabe à Justiça Eleitoral discutir questões metodológicas.

No país, o Uol diz ter localizado contestações em ao menos 12 cidades. Em Campo Grande, policiais federais entraram no jornal “Correio do Estado” para impedir a divulgação de pesquisa.

12 SET 2012

JORNAL DO ESTADO

Novo ministro pode não participar de julgamento

O futuro ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Teori Zavascki, disse ontem que ainda não decidiu se participará ou não do julgamento do mensalão. Ele informou que no Superior Tribunal de Justiça (STJ), onde atua desde 2003, é comum um ministro participar de um julgamento já em andamento, como é o caso do mensalão. "Nós temos muitos casos em que, em tese, é possível, mas eu não conheço do regimento do Supremo", respondeu Zavascki, ao ser questionado sobre o procedimento adotado no STJ.

O ministro se mostrou incomodado pelas perguntas sobre o julgamento do Supremo na primeira visita feita ao Senado para tratar da sabatina a que se submeterá como substituto do ex-ministro do STF Cezar Peluso, que se aposentou recentemente.

Ele esteve com o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), com o senador Pedro Simon (PMDB-RS), seu amigo de longa data, e com o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Eunício Oliveira (PMDB-CE). Na maior parte das vezes, enquanto se deslocava de um gabinete para o outro, Zavascki disse que não falaria sobre o mensalão.

12 SET 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Magistradas elogiam sistema socioeducativo do Espírito Santo

“O estado do Espírito Santo deu uma guinada no sistema socioeducativo”, afirmou Cristiana Cordeiro, juíza auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em Cariacica, região metropolitana de Vitória, uma unidade modelo de instituição socioeducativa para adolescentes em conflito com a lei.

Com uma concepção moderna de arquitetura, estrutura e instalações novas, com ambientes limpos e próprios para educação e profis-

sionalização, com disciplina rígida e envolvimento da equipe técnica, a unidade segue o padrão necessário à ressociação do adolescente em conflito com a lei.

As magistradas são coordenadoras do programa Justiça ao Jovem, do CNJ, que tem como objetivo acompanhar a aplicação de medidas socioeducativas aos menores infratores nas unidades de internação em todo o país. Na semana passada elas estiveram em Sergipe e esta semana,

acompanham e fiscalizam a situação das unidades do Espírito Santo.

“A gente vê aqui o resgate da dignidade”, afirmou. São 61 adolescentes internados no centro, atualmente. Eles recebem educação regular, fazem cursos profissionalizantes, têm direito a lazer e diversão. Ao ser encaminhado para a unidade, o adolescente fica 45 dias numa ala chamada de “motivação”, onde é preparado para se integrar ao projeto socioeducativo da unidade.

Mensalão: Britto submeterá ao STF proposta de sessões extras

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos Ayres Britto, vai colocar em discussão a sugestão do ministro-relator do processo do mensalão - Ação Penal 470 -, Joaquim Barbosa, de promover sessões extras para permitir a conclusão do julgamento antes do fim deste ano. O julgamento está na terceira etapa, no total são sete fases.

Em geral, o STF tem sessões plenárias apenas às quartas e quintas-feiras à tarde. No início do

julgamento do mensalão, quando os advogados fizeram as sustentações orais, a Corte passou a ter sessões todos os dias da semana. Na etapa seguinte, quando os ministros começaram a votar, manteve-se a sessão extra de segunda-feira.

A proposta de uma sessão extra parte da preocupação dos ministros com a demora no julgamento do processo. Inicialmente, Ayres Britto previu que o julgamento terminaria no fim de agosto, o que não ocorreu.

Barbosa propôs que todos os ministros sintetizem seus votos, assim como o ministro-revisor Ricardo Lewandowski, principalmente nos pontos em que o seguem.

Antes de encerrar a sessão, Ayres Britto, disse ser receptivo à proposta de Barbosa. O presidente da Corte Suprema se aposenta no dia 18 de novembro, quando completa 70 anos. Se o julgamento ainda estiver ocorrendo, Ayres Britto não poderá permanecer no STF após essa data.

União está autorizada a descontar salário de policiais federais em greve

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região suspendeu, a liminar que impedia a União de descontar, da remuneração dos policiais federais do Paraná, os dias parados em função da greve iniciada há mais de 20 dias. A decisão de permitir o desconto dos salários dos policiais foi da presidente da corte, desembargadora federal Marga Barth Tessler.

A desembargadora suspendeu a liminar baseada em dois argumentos. O primeiro é o do risco de lesão à

ordem pública, visto que os serviços prestados pela Polícia Federal, segundo ela, “encontram-se significativamente prejudicados”. Em seu voto, cita como exemplo a redução da fiscalização na Ponte Nacional da Amizade, em Foz do Iguaçu, na fronteira com o Paraguai, onde, em vez de 40 fiscais, apenas quatro estão fazendo o serviço, formando uma fila dupla de 5km para entrar no Brasil.

O segundo é o risco de lesão à ordem pública administrativa, decorrente do efeito multiplicador

da liminar suspensa. “É flagrante que o comando judicial ora discutido, conducente à abstenção do desconto de dias parados da remuneração dos servidores em greve, pode lograr repetição no tocante às demais categorias de servidores públicos federais aderentes a movimentos grevistas, em muitos casos atingindo serviços essenciais ao funcionamento do Estado, operando enquanto incentivo à adesão, prejudicial à população”, afirmou ela.

É necessário dolo para intervenção federal por dívida

Entendimento foi reafirmado pelo STF, ao negar pedido de intervenção federal

Intervenção federal em estado devedor de precatório só é possível se houver dolo do ente federado no descumprimento da ordem judicial. O entendimento foi reafirmado pelo Supremo Tribunal Federal, ao negar pedido de intervenção federal no Rio Grande do Sul, feito pelo Ministério Público gaúcho.

“Esta corte firmou orientação no sentido de que constitui pressuposto indispensável ao acolhimento de pedido de intervenção federal, a atuação estatal voluntária e dolosa com objetivo de descumprir decisão judicial transitada em julgado”, afirmou o relator do processo, ministro Cezar Peluso. Ele foi acompanhado pela maioria dos integrantes da corte, ficando vencido o ministro Marco Aurélio.

Para Peluso, a administração gaúcha fez o possível para cumprir a determinação judicial. “Não se configura, pois, no caso, intenção estatal de se esquivar ao pagamento dos débitos decorrentes de precatórios judiciais, mas atuação definida pelos limites do possível, com o fito de solucionar o problema”, afirmou.

A decisão, de março deste ano, teve seu inteiro teor publicado no último dia 6. Segundo o processo, o pedido de intervenção foi cogitado a partir do descumprimento de uma decisão judicial da 1ª Vara de

Viamão, que havia determinado a inclusão de um crédito de R\$ 199 mil no orçamento de 2004. Até hoje ele não foi liquidado.

Em sua defesa, o estado do Rio Grande do Sul alegou que a Constituição não prevê a intervenção em caso de falta de pagamento de precatório e que o calote ocorreu por conta da situação financeira e administrativa do estado.

Para o ministro Gilmar Mendes, determinar a intervenção federal nesse caso “é como tentar verificar se há gasolina no tanque com fósforo”. Segundo o ministro, exigir o cumprimento dos pagamentos dos precatórios conforme determina a Constituição poderia comprometer as atividades básicas do Estado, dada sua limitação orçamentária. “Vamos ser claros, o que falta é dinheiro”, afirmou.

Na avaliação de Mendes, com a estabilidade econômica, a inflação deixou de corroer o valor dos precatórios, o evidenciou a incapacidade dos estados em honrar os compromissos. “No fundo, fingia-se que se pagava, a inflação se incumbia de fazer um certo equilíbrio e essa conta se perpetuava”, disse o ministro. Segundo Mendes, mesmo com a adoção de sistemas rígidos de pagamento, como a destinação de uma parte da receita líquida corrente para os precatórios, a dívida não tem caído.

12 SET 2012

METRO

Deputados aprovam criação de 100 cargos no TJ

A Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa aprovou ontem projeto de lei do Tribunal de Justiça criando 100 cargos efetivos na estrutura do órgão. O texto foi aprovado por unanimidade. O projeto agora vai ser votado em plenário.

12 SET 2012

METRO

Lavagem de dinheiro pode ter pena maior

● Temor dos advogados de defesa é que uma eventual condenação por formação de quadrilha sirva como agravante, o que poderia gerar um acréscimo de até dois terços no tempo de prisão

Os réus do mensalão que forem condenados pelo STF (Supremo Tribunal Federal) por lavagem de dinheiro correm o risco de ter as punições aumentadas para até 16 anos de prisão. O Código Penal fixa a pena entre 3 e 10 anos de prisão, mas prevê um acréscimo de até dois terços, caso o crime seja associado, por exemplo, com a formação de quadrilha.

A possibilidade deixou os advogados de defesa em alerta, já que acreditam que a sentença por quadrilha, estipulada entre 1 e 3 anos de prisão, estaria prescrita. Diante da situação, porém, a punição poderia ser usada para agravar a pena.

Na divisão do julgamento em capítulos, o ministro Joaquim Barbosa, relator do mensalão, deixou a análise do crime de formação de quadrilha para o fim, mas já deu indicação de como votará.

Vencendo a tese de que os empréstimos eram fictícios, usados para os pagamentos de políticos, com o uso de dinheiro público mediado pelo Banco Rural, o pedido de conde-

nação dos réus por atuação como organização criminosa ganhará força.

A defesa dos réus tem feito críticas à postura de Joaquim Barbosa de seguir a denúncia do Ministério Público, desconsiderando provas. "O relator adotou a acusação em todos os seus termos", afirmou o advogado José Carlos Dias, que defende a ex-presidente do Banco Rural, Kátia Rabello.

Ontem, Dias e o ex-ministro Márcio Thomaz Bastos entregaram um novo memorial aos ministros do STF para rebater o pedido de condenação dos nove réus por lavagem de dinheiro. O documento foi acompanhado de um laudo que questiona a interpretação de que a gestão fraudulenta pode ser usada como crime antecedente para lavagem.

A sessão será retomada hoje com o voto do ministro revisor, Ricardo Lewandowski. Em seguida, votarão os outros oito ministros.

"A lavagem de dinheiro foi praticada pelos réus do núcleo financeiro e do núcleo publicitário em uma organização orquestrada e com divisão de tarefas, típica de uma organização criminosa."

JOAQUIM BARBOSA, RELATOR DA AÇÃO PENAL DO MENSALÃO

33

é o número de réus do mensalão que foram denunciados pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel, por lavagem de dinheiro. O crime foi o mais recorrente na denúncia e teria sido cometido pelos núcleos publicitário, financeiro e político. A pena prevista varia entre um e três anos de prisão.

12 SET 2012

METRO

Joaquim Barbosa pedirá sessões extras no STF

Relator da ação penal do mensalão, o ministro Joaquim Barbosa fará hoje um novo apelo para que o STF (Supremo Tribunal Federal) faça sessões extras para acelerar a conclusão do julgamento.

Atualmente, as sessões ocorrem às segundas, quartas e quintas à tarde. O julgamento da ação penal entrou pela sexta semana, ocupou 21 sessões e teve dois dos sete capítulos julgados. Faltará ainda definir a pena de cada um dos réus considerados culpados.

A tentativa, porém, tem outra motivação de fundo. Até então improvável, a possibilidade de o ministro acumular a relatoria do mensalão com a presidência do STF começa a ser considerada.

Joaquim Barbosa assumirá a presidência da Corte no dia 18 de novembro, com a aposentadoria do ministro Carlos Ayres Brito.

CCJ agilizará sabatina

Recém-indicado ao cargo de ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Teori Zavascki deverá passar por sabatina na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado na semana que vem. A mensagem da presidente Dilma Rousseff com a indicação foi lida ontem em plenário.

O presidente da CCJ, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), quer agilizar o rito de nomeação e espera marcar a audiência com Teori Zavascki para quarta-feira, dia 26, durante o esforço concentrado do Congresso Nacional.

A previsão, no entanto, é de que a posse do novo ministro ocorra apenas depois das eleições municipais, provavelmente em novembro. O nome do novo ministro do STF ainda terá que ser aprovado pelo

“Fico agradecido. é uma honra muito grande. Mas não gostaria de falar no tempo passado.”

TEORI ZAVASCKI

plenário, que ficará esvaziado no mês de outubro.

No dia seguinte à indicação, o ministro visitou senadores e participou da sessão da 1ª Turma do STJ (Superior Tribunal de Justiça), mas evitou fazer uma despedida.

“Fico agradecido. É uma honra muito grande. Mas não gostaria de falar no tempo passado. Acredito que as despedidas sejam posteriores, se for o caso”, ponderou Zavascki, que substituirá o ministro Cezar Peluso, que se aposentou no último dia 3 ao completar 70 anos./

12 SET 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

Desvio dá 30 anos de cadeia

O desvio de verbas da saúde e da educação pode se tornar crime hediondo. Projeto aprovado ontem pela Comissão de Educação do Senado inclui na lei dos crimes hediondos as ações de corrupção, peculato ou formação de quadrilha quando estiverem relacionadas a licitações, contratos, programas e ações nas áreas de saúde e educação.

O objetivo da proposta é endurecer as penas para evitar fraudes com recursos públicos em duas áreas consideradas essenciais para a população. Para virar lei, o projeto precisa ser aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado e pela Câmara.

Inafiançável

Autor do projeto, o senador Lobão Filho (PMDB-MA) disse que 70% dos recursos públicos desviados no país são da saúde e da educação. Entre 2007 e 2010, diz a Controladoria Geral da União, foram desviados por prefeituras mais de R\$ 600 milhões nessas áreas. Os crimes hediondos são inafiançáveis, sem possibilidade de anistia e com penas de até 30 anos de reclusão.

tribuninhas Proibida

Atendendo a pedido da coligação Curitiba Quer Mais, do candidato Gustavo Fruet (PDT), o juiz Luciano Carrasco concedeu liminar proibindo a divulgação da pesquisa Datafolha que seria divulgada na noite de ontem pela RPCTV, sob pena de multa de R\$ 100 mil.

Corrupção

O Comitê 9840 de Combate à Corrupção Eleitoral, formado pela OAB Paraná e outras entidades, encaminhou ao Ministério Público Eleitoral 44 denúncias nas últimas três semanas. Há casos de propaganda irregular, uso da máquina pública e compra de votos. Denúncias podem ser feitas pelo site www.comite9840pr.org.br ou pelo telefone (41) 3029-9840.

Desconto

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) suspendeu a liminar que impedia a União de descontar da remuneração dos servidores federais da saúde do Paraná e de Santa Catarina os dias parados na greve, que já dura mais de 70 dias.

12 SET 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

Sexo com a filha de 3 anos

Um jovem, de 23 anos, foi preso por abusar diariamente da filha de apenas 3 anos, em Antonina, litoral do Paraná. O abuso acontecia todos os dias em casa e na ausência da mãe da criança. A violência só foi descoberta porque a criança passou a sentir dores, nos órgãos genitais.

De acordo com informações da Polícia Civil, o rapaz foi detido na quarta-feira da semana passada, no bairro Portinho, depois que os policiais foram acionados pelo Conselho Tutelar informando que a criança foi parar no hospital. O delegado de Antonina, Iberê Toniolo, determinou que a menina fosse levada ao Instituto Médico-Legal (IML) para exames que comprovaram o abuso sexual. Apesar da pouca idade, a vítima foi ouvida em cartório na presença de uma psicóloga e relatou detalhes de como o pai agia.

Prisão

Com a confirmação do crime, policiais civis e militares partiram no encalço do pai pedófilo, que foi preso no momento quando tomava bebida alcoólica. O rapaz foi encaminhado à carceragem da delegacia de Antonina, onde se encontra numa cela isolada dos demais presos. Ele pode pegar de 12 a 30 anos de reclusão.

12 SET 2012

JORNAL DO ÔNIBUS

Ministro indicado para o STF descarta participar do mensalão

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) **Teori Zavascki (foto)**, indicado pela presidenta Dilma Rousseff para ocupar vaga no Supremo Tribunal Federal (STF), descartou ontem (11) a possibilidade de participar do julgamento do mensalão. Em visita ao Senado, um dia após ser indicado para o cargo de ministro do STF, Zavascki ressaltou, no entanto, que a decisão só será tomada após os trâmites legais. "Esta é uma questão

que tem de ser discutida depois da nomeação. Neste momento, não tenho nada a falar sobre isso". O ministro justificou sua ida ao Senado no dia seguinte à indicação como o cumprimento de uma segunda etapa da formalidade do processo até a sabatina a que será submetido na Casa. Ele reuniu-se com o presidente do Senado, José Sarney. A sabatina de Zavascki está prevista para o próximo dia 28.

